

UMA LEITURA SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA DA *CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA*¹

*Lucienne C. Espíndola*²

Introdução

Partindo-se do conceito de texto como sendo uma unidade sociocomunicativa, independente de extensão, pretende-se fazer um leitura semântico-pragmática da Carta de Pero Vaz de Caminha, utilizando-se dos pressupostos teóricos postulados por Ducrot e colaboradores, Koch, entre outros. Essa leitura objetiva, em última instância, apresentar alternativas, na perspectiva semântico-pragmática, de como trabalhar a leitura de textos pertencentes a gêneros diversos – neste trabalho, o relato – em sala de aula. Ou seja, a leitura será concebida como construção de sentido(s), considerando que o texto é perpassado por vozes de origens as mais diversas, de acordo com a intencionalidade do produtor. Identificar esses pontos de vista colocados em cena, para com eles concordar ou discordar, é participar, enquanto interlocutor, desse processo. Em outras palavras, é participar do processo interativo na qualidade de leitor ativo. Esta pesquisa integra um projeto mais amplo denominado Laboratório Semântico-Pragmático de Textos – LASPRAT.³

¹ Trabalho apresentado no XIV CELLIP em Maringá, entre os dias 25 e 28.10.2000.

² Professora de Língua Portuguesa e Lingüística. DLCV/CCHLA/UFPB.

³ Projeto vinculado ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e à Pós-Graduação em Letras da UFPB – coordenado pela Profa. Lucienne C. Espíndola.

Pressupostos Teóricos

A partir do momento em que a linguagem passou a ser concebida como forma de inter-ação, todos os envolvidos nesse jogo - a interação - passaram a ser considerados tanto no momento da produção quanto da recepção. Ou seja

(...) as condições de produção (tempo, lugar, papéis representados pelos interlocutores, imagens recíprocas, relações sociais, objetivos visados na interlocução) são constitutivas do sentido do enunciado: a enunciação vai determinar a que título aquilo que se diz é dito. (Koch, 1992:14)

O texto, então, passou a ser concebido “como ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal” (Val,1991:3).

Nessa perspectiva,

a linguagem vive apenas na comunicação dialógica daqueles que a usam (...). Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas. (Bakhtin,1981:158)

Conseqüentemente, o texto passou a ser visto como impregnado de várias vozes as quais exprimem os mais diversos pontos de vista acerca de um tema, fato, pessoa etc. Além disso, assumiu-se, por um lado, a posição que prevê sempre uma intenção daquele que produz um texto e, por outro, a aceitação ou não da intenção pretendida daquele que ouve ou lê esse texto. Além de identificar a intenção do produtor do texto cabe ao interlocutor reconhecê-la como pertinente ou não, aceitá-la ou não.

A (re)construção do momento e das condições de produção – elementos que constituem o dizer – deve originar-se no dito, a partir das marcas do dizer que não podem ser desprezadas no momento da interação; ou melhor, marcas que devem ser consideradas para que a leitura seja coerente. Tal posição está alicerçada nos postulados de Ducrot (1987) cuja posição é de que

Interpretar uma produção lingüística consiste, entre outras coisas, em reconhecer nelas, atos, e que este reconhecimento se faz atribuindo ao enunciado um sentido, que é um conjunto de indicações sobre a enunciação(173)

Portanto, não há como se fazer uma leitura (buscar um dos sentidos) considerando apenas o texto, sem recuperar (ou, pelo menos, tentar) dados do sujeito produtor, dados do contexto e, através das inferências, identificar uma possível intenção do sujeito com a sua produção lingüística.

As línguas naturais possuem elementos que permitem ao sujeito produtor de um texto deixar, mais ou menos, explícita a sua posição com relação ao que se está veiculando ou o modo como o que é dito deve ser lido pelo seu interlocutor. O dito pode trazer elementos do dizer os quais, mesmo que sem a anuência do sujeito locutor, o denunciam. Os modalizadores são as marcas lingüísticas que “*sinalizam o modo como aquilo que se diz é dito*” (Koch,1992:47).

Em outras palavras, há elementos na língua portuguesa (ou em outras línguas naturais) que indicam o modo como o que é dito deve ser lido: como possibilidade, como necessidade, como conseqüência, como certeza etc. Além das partículas que indicam o modo como o dito deve ser lido há também outras que traduzem, claramente, a atitude ou o estado psicológico do sujeito produtor do texto frente ao que enuncia.

Para uma leitura da Carta de Pero Vaz de Caminha na perspectiva esboçada acima, escolhemos a Teoria da Argumentação – versão recente – postulada por Anscombe-Ducrot e colaboradores – caracterizada como teoria semântica de interpretação de enunciados ou sentido dos mesmos. Essa escolha deve-se ao fato de estarmos diante de uma perspectiva semântico-pragmática que entende que a argumentatividade é intrínseca à língua.

Enquanto leitores do texto assumiremos o papel do tu – o interlocutor – cuja condição *sine qua non* é que haja a predisposição deste para interagir com o texto para que a leitura se concretize; ou seja, é necessário que haja cooperação entre os participantes de toda e qualquer interação – princípio básico que rege a comunicação humana(Grice,1975).

A nós – interlocutores – cabe (re)construir o dizer (a enunciação) da qual o dito é resultado, buscando identificar: a situação enunciativa que gerou o referido texto, os textos com os quais o texto em questão dialoga, o papel social do sujeito produtor do texto e/ou responsável por ele, o possível objetivo pretendido. Tal reconstrução será possível partindo-se dos elementos textuais e interpretando-os adequadamente; ou seja, buscando, a partir do dito, o não dito claramente, mas apenas mostrado, indicado. Cabe ao interlocutor chegar a um dos sentidos previstos pelo texto, e tentar responder a uma questão essencial diante de qualquer texto “O que o produtor deste texto pretende com ele?”

A Carta

Em primeiro lugar, precisamos situar a carta em um dos gêneros discursivos que circulam em nossa sociedade. Em um segundo momento, é preciso recuperar algumas informações (dados) acerca do momento da escritura da Carta (Quem a escreve? Para quem? Quando? Que função comunicativa é a predominante?).

Por ter sido escrita no ano de 1500 e utilizando o português de Portugal, algumas marcas lingüísticas podem não ser lidas adequadamente, porém, buscar-se-á, em nível semântico-pragmático, adotar um olhar que recupere os fatos mais importantes para se poder chegar a uma das possíveis leituras.

A Carta, utilizando-me da classificação discursiva de Dolz e Schneuwly (1996), será considerada como sendo um relato de viagem – cujas características a filiam ao grupo de gêneros orais e escritos que tem em comum: a finalidade social de documentar e registrar ações humanas; predominância da tipologia narrativa e tendo como capacidade de linguagem dominante a de representar pelo discurso experiências vividas, situadas no tempo. Saliente-se, porém, que o relato veiculado na carta não objetiva somente representar as experiências vividas pelos navegadores da Armada de Cabral mas, e principalmente, informar ao Rei D. Manuel as características da nova descoberta em termos de fauna, flora e habitantes. O volume de passagens descritivas

acerca do espaço e dos habitantes é abundante. Ressalte-se, no entanto, que as descrições são feitas do ponto de vista do escrivão – responsável pelos registros escritos da armada – e não do homem Pero Vaz de Caminha. Enquanto escrivão o locutor registra o ponto de vista daqueles que compõem a expedição, ou o do Capitão-mor da frota – Pedro Álvares Cabral.

O interlocutor desse relato está pré-determinado – O Rei D. Manuel – a quem o locutor responsável pelo discurso deve obediência, lealdade e subserviência. Portanto, pode-se inferir, antes mesmo de se ler a carta, que se encontrará um texto com um relato pouco espontâneo, ou seja os fatos são filtrados de acordo com o interesse do principal interessado – o leitor citado. É claro que a subjetividade de Pero Vaz de Caminha não pode ser ignorada, porém ela é amenizada (neutralizada) pelo fato de o referido estar na função já citada – a de escrivão – nem a do Capitão-mor, embora os interesses deste devam convergir com os do Rei.

O locutor que se apresenta como responsável pela Carta (considerada o primeiro documento da literatura no Brasil) é Pero Vaz de Caminha – escrivão da armada de Cabral – pelas marcas de primeira pessoa (algumas no singular, porém a maioria no plural) como também pela assinatura. No entanto, é possível evidenciar que esse locutor (L) fala através de enunciadores sociais – principalmente o religioso (cristão) e do poder econômico (conquistador). Em outras palavras, Pero Vaz de Caminha vê a nova terra com os olhos de um conquistador em busca de riqueza, de subserviência, que será conseguida através da catequização (através da fé).

A interação (contato) com os índios (os nativos) é relatada do ponto de vista do colonizador (Pero Vaz de Caminha – representante), inclusive o próprio Pero Vaz confessa em certa passagem da carta que a leitura de que os nativos estariam indicando que havia ouro nas terras descobertas era a “leitura desejada pela expedição”, não necessariamente o que os índios estariam dizendo.

...e acenava para a terra novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo. *Isso tomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos!* Mas se ele queria dizer que levaria

as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, por que lho não havíamos de dar!

Observe-se, na mesma passagem, que fica clara a relação a ser estabelecida entre os colonizadores e os índios: aos primeiros cabe o papel de “receber” (ter lucro), aos últimos, o de “doar”. Em uma outra passagem, essa relação de poder é evidenciada pela atitude de capturar os nativos:

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, por mandado do Capitão.... E *tomou* dois daqueles homens da terra que estavam numa almadia: mancebos e de bons corpos.

O verbo *tomar* está usado na acepção de “agarrar, apoderar-se”. Em outras palavras, os dois índios foram apanhados como animais. A interação descrita leva-nos a ler uma relação unilateral. A dominação dos estrangeiros sobre os nativos é descrita sem nenhuma cerimônia, inclusive com a utilização de verbos e adjetivos que, geralmente, expressam atributos de animais, como é o caso de *amansar* e *mansos*.

E concordaram em que não era necessário tomar por força homens... nem fazer escândalos; mas sim, para os de todo *amansar* e *paziguar*...

E estavam já mais *mansos* e seguros entre nós do que nós estávamos entre eles.

... e foram esta noite mui bem agasalhados tanto de comida como de cama, de colchões e lençóis, para os mais *amansar*.

A catequização dos índios a ser empreendida pelos colonizadores é explicitada o tempo todo, como forma de salvá-los. Essa atitude mostra um profundo descaso com os costumes religiosos, sociais e políticos dos nossos primeiros habitantes. Estes são descritos como inocentes para informar à Corte que os índios são facilmente manobráveis, são ingênuos, sem malícia. A catequização a ser colocada em prática, como forma de difundir a fé cristã, é descrita como o caminho para “escravizar” os índios.

Davam-nos daqueles arcos e setas em troca de sombreiros e carapuças de linho, e de qualquer coisa que a gente lhes queria dar.

Parece-me gente de tal *inocência* que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências.

E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da salvação deles.

O locutor (Pero Vaz) propõe que os índios sejam salvos através da disseminação da fé católica. Esse ponto de vista é trazido para o seu discurso através de um enunciador genérico (que pode ser assimilado àqueles que comungam dos valores cristãos). Esse enunciador E1 representa os valores religiosos da Corte.

O diálogo com outros discursos está presente na Carta, principalmente, com o discurso religioso catequizador que alicerça uma grande parte das ações e atitudes dos integrantes da expedição. Outra voz presente o tempo todo nas experiências relatadas é a do colonizador, é a voz da Corte que norteia todas as ações desencadeadas pelos portugueses que por aqui estavam de passagem.

...e no fim tratou da nossa vida, e do achamento desta terra referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, que veio muito a propósito, e fez muita devoção.

E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a sua santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé...

E bem creio que, se Vossa alteza aqui mandar quem entre eles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza.

Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive se se converte-
ra, ou não, se lhe ensinarem o que pertence à sua salvação.

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar perece-me que será
salvar esta gente.... Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fa-
zer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentameto da nossa
fé.

Observe-se que o uso do pronome adjetivo *nossa*, na última
passagem, evidencia a incorporação ao discurso do locutor dos valores
da Corte, dos desejos de Portugal. É a voz do enunciador E1 (a Corte)
que é incorporada ao discurso do locutor (Pero Vaz) para alicerçar o
seu ponto de vista.

O diálogo também é estabelecido quando a nova terra, em al-
gum aspecto, é comparada a algum espaço de Portugal. É necessário
que o leitor recupere o conhecimento aludido pelo locutor para que a
comparação faça sentido.

Contudo a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados
como os de Entre-Douro-e-Minho, por que neste...

Disse que não vira lá entre eles senão umas choupaninhas de rama
verde e de feteiras muito grandes como as de Entre Douro e Minho.

Do ponto de vista da modalização, o locutor apresenta-se com a
tarefa de relatar os acontecimentos relativos à estada da expedição no
Brasil, e quando o referido emite algum julgamento de valor explícito
o faz utilizando-se de verbos que marcam a sua posição individual,
como *creio*, *parece-me*. Essa atitude pode ter, pelo menos, duas leitu-
ras: marcar a sua posição, embora seja um simples escrivão, evidenci-
ando sua perspicácia e/ou destacar a não responsabilidade daqueles
que integram a expedição por tais comentários (tomar para si a res-
ponsabilidade do que é dito).

E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas que
querem parecer de aljófar, as quais peças *creio* que o Capitão manda a
Vossa Alteza.

E ali, com todos nós outros fez dizer missa... a qual missa, *segundo meu parecer* foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Andava lá um que falava aos outros, que se afastassem. Mas não já que *a mim me parecesse* que lhe tinham respeito ou medo.

Comiam conosco do que lhes dávamos, e alguns deles bebiam vinho, ao passo que outros o não podiam beber. Mas *quer-me parecer* que, se os acostumarem, o hão de beber de boa vontade!

Primeiras considerações

Na perspectiva lingüística (semântico-pragmática), a Carta não é trabalhada na escola. Ela é levada para a sala de aula como sendo um texto literário e lido, conseqüentemente, apenas na perspectiva da literatura. Superficialmente, evidenciamos algumas das marcas lingüísticas que, mesmo em uma perspectiva da literatura, precisam ser recuperadas (ou consideradas) no momento da leitura.

Adotar uma perspectiva semântico-pragmática na leitura de qualquer texto (o relato inclusive) é conceber a leitura como construção de sentido(s), considerando que o texto é perpassado por vozes de origens as mais diversas, de acordo com a intencionalidade do produtor. Identificar esses pontos de vista colocados em cena, para com eles concordar ou discordar, é participar, enquanto interlocutor, desse processo. Em outras palavras, é participar do processo interativo na qualidade de leitor ativo.

Identificar a perspectiva através da qual os fatos nos são relatados é condição *sine qua non* para se chegar a uma das possíveis leituras. No caso da Carta, é preciso evidenciar que, embora todos saibamos que a referida foi escrita por Pero Vaz da Caminha, é a perspectiva da expedição (Cabral- Capitão-mor e demais capitães e tripulantes) que é expressada através do *nós*. São poucas as passagens nas quais o locutor responsável pelo discurso (Pero Vaz) deixa marcada lingüisticamente a sua opinião, utilizando-se do *eu*. Essa alternância pode significar, pelo menos, duas coisas: deixa marcada a posição de um simples escrivão, com objetivos ambiciosos junto ao Rei, com

finalidade de buscar ascensão profissional; ou, mostra que, embora, o escrivão deva cumprir seu papel (registrar as impressões da expedição), é impossível deixar de marcar sua opinião, sua posição em relação ao que vê, principalmente quando determinadas posições não são compartilhadas por todo o grupo. Em outras palavras, a imparcialidade diante do texto pode ser controlada, mas não eliminada totalmente. Ressalte-se, inclusive, que a descrição em terceira pessoa feita dos nativos – de suas ações, de seus gestos, de seus costumes – não elimina a subjetividade, uma vez que a própria seleção dos adjetivos denuncia a posição daquele que enuncia, embora possa parecer que haja imparcialidade pelo fato de não aparecer linguisticamente marcado o sujeito eu.

REFERÊNCIAS

- DOLZ, J. e B. SCHNEUWLY. *Gêneros e progressão em expressão oral e escrita*: elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). Tradução de R.H.Rojo. Circulação restrita.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Tradução por Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987. Tradução de Le dire et le dit.
- _____. *Polifonia y argumentacion*. Universidade del Valle - Cali, 1988.
- ESPÍNDOLA, Lucienne C. *A polifonia na organização textual*. Letra Viva, João Pessoa, n° 1, p. dezembro de 1999.
- KOCH, Ingedore G. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1998.